

## **Regionalismo no Pacífico Asiático: integração econômica orientada pelo comércio externo\***

SILVIO YOSHIRO MIZUGUCHI MIYAZAKI\*\*

This paper analyses the process of regional integration in Asian Pacific region, that has had high economic growth and where there are economies with export led development policies. Traditional concepts of regional integration are described and a new concept, the open regionalism, is introduced. The history and institutions of Asian Pacific integration are presented. The economic interdependency between Asian Pacific countries is analyzed by geese pattern model of economic development.

### **1. INTRODUÇÃO**



O crescimento econômico dos países do Pacífico Asiático tem despertado interesse. Se o rápido desenvolvimento e industrialização do Japão eram antes um motivo de interesse por ser esse o único país asiático no chamado Primeiro Mundo, as elevadas taxas de crescimento das novas economias industrializadas (NIEs) da Ásia, tais como a Coreia do Sul e Taiwan, e as economias emergentes do Sudeste Asiático, tais como a Indonésia e a Malásia têm ampliado a atenção para essa região.

Com as conclusões da Rodada Uruguai do General Agreement on Tariffs and Trade (GATT)<sup>1</sup> e a fundação da “World Trade Organization” (WTO), cujo objetivo central é promover o livre comércio<sup>2</sup> global, de um lado; e os diversos acordos de integração regional como a North American Free Trade Agreement (NAFTA) e a European Union (EU) de outro, questiona-se o tipo de integração econômica que está sendo realizada no Pacífico Asiático.

\* Agradeço os valiosos comentários de Alberto I. Sugo, de Cláudio S. Sato, de Heitor T. Kato e, especialmente, de Neyde S. Ishioka.

\*\* Da Fundação Getúlio Vargas — São Paulo.

<sup>1</sup> Preferiu-se usar os nomes e as siglas das instituições como são conhecidas internacionalmente em inglês.

<sup>2</sup> O termo comércio neste artigo deve ser entendido como comércio externo.

A integração econômica de uma região pode ser realizada através da constituição de instituições, levando à formação de blocos com políticas de comércio exterior comuns. Entretanto, se efetivamente já há a integração no sentido de existir interdependência econômica e se já está havendo crescimento dos países da região, um tipo de integração regional adequado a esse cenário seria o regionalismo aberto, visando a promoção e a manutenção do desenvolvimento dos países participantes.

Essas condições se aplicam ao Pacífico Asiático. Essa região se caracteriza pelas desigualdades nos níveis de desenvolvimento e na dotação dos recursos, e os países são culturalmente heterogêneos entre si. Isso tudo diferencia essa das outras regiões onde está havendo integrações econômicas.

Este artigo, cujo intuito é analisar o processo de integração regional do Pacífico Asiático, está dividido em 5 seções. Na seção 2 são dados os conceitos das formas tradicionais de integração econômica assim como um novo conceito de integração, o do regionalismo aberto. A seção 3 apresenta uma descrição do histórico e das instituições de integração do Pacífico Asiático. A seção 4 focaliza o crescimento econômico e a interdependência econômica dos países do Pacífico Asiático, apresentando o modelo de desenvolvimento *flying wild geese pattern* e a análise de dados estatísticos. A última seção apresenta as conclusões.

## 2. CONCEITOS DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

Há integração econômica quando se desenvolvem medidas para eliminar as barreiras existentes entre as diferentes economias nacionais (Balassa, 1962: 1). Ela aumenta o volume de comércio exterior e a diversificação dos produtos nos mercados nacionais. Há ganhos pelas economias de escala assim como há o aumento da competitividade internacional.

Existem graus de integração econômica: regionalismo aberto, área de livre comércio, união tarifária, mercado comum, união econômica e a completa integração econômica.

Conforme classificação dada por Balassa (1962: 2), numa área de livre comércio as tarifas e restrições quantitativas entre os países participantes são eliminadas, entretanto cada país mantém suas próprias tarifas contra os não membros. O estabelecimento de uma união tarifária envolve, além da supressão da discriminação no movimento de produtos dentro da união, a equalização das tarifas comerciais com os países não membros. Uma maior forma de integração econômica é completada num mercado comum, onde não somente são abolidas as restrições de comércio mas também as restrições quanto ao movimento de fatores. Uma união econômica, diferente de um mercado comum, combina a supressão das restrições com políticas coordenadas em relação aos produtos finais e fatores econômicos, a fim de remover a discriminação que era devida a diferenças nessas políticas. Finalmente, a integração econômica total pressupõe a unificação monetária, fiscal, social e de políticas e requer a construção de um poder supranacional em que as decisões são realizadas para os estados membros.

Um novo tipo de integração é a do regionalismo aberto, com um grau de integração mais brando que uma área de livre comércio. Denomina-se assim, pois não há

discriminação contra os que estão externos à região. Haveria redução gradativa de tarifas entre os participantes e cada economia poderia reduzir suas tarifas com os não participantes (APEC, 1994b: 2 - 3 e Yamazawa, 1992: 1 527). Essa expressão — regionalismo aberto — parece envolver-se de inconsistência interna, pois regionalismo focaliza a implementação de suas políticas numa região em particular à custa dos externos à região, tendendo a discriminar os de fora, intencionalmente ou não; entretanto, é o mais adequado para regiões em que já há interdependência econômica como a do Pacífico Asiático, conforme Yamazawa (1992: 1 527).

O regionalismo aberto é uma forma de integração que ainda está começando a ser implantada no Pacífico Asiático, mas não deixa de ser uma proposta de um novo mecanismo que difere dos tradicionais. Para que se tenha atingido o grau de institucionalização de um tipo de integração como o regionalismo aberto, houve todo um processo, com propostas e com surgimento de diferentes organismos, que será objeto de análise na seção seguinte.

### 3. O HISTÓRICO E AS INSTITUIÇÕES DE INTEGRAÇÃO NO PACÍFICO ASIÁTICO

A partir da década de 60 começam a surgir diferentes propostas, assim como instituições voltadas a integração e cooperação da região do Pacífico Asiático. Até o advento da APEC (Asia Pacific Economic Cooperation), que será analisado no final desta seção, as instituições criadas não tinham participação direta dos governantes, sendo mais um fórum de discussões. Há trinta anos o Japão e a Austrália têm tido papel preponderante nas iniciativas de propor ou estabelecer instituições de promoção econômica da região.

Uma das primeiras iniciativas de estabelecer instituições de que se tem conhecimento é a proposta de criação de uma organização panpacífica e de um fundo de desenvolvimento asiático para promover o crescimento da região feita por Morinosuke Kajima, do Partido Liberal Democrata do Japão, na Dieta, em 1960. Nessa proposta estava embutida mais a idéia de pan-asianismo do que mais propriamente a idéia panpacífica. Através dessas instituições, o Japão poderia se consolidar na região, política e economicamente (Soesastro, 1994: 11).

Entretanto, a proposta acima não foi efetivada, assim como, independentemente de Morinosuke Kajima, estavam surgindo propostas em diversos estudos e pesquisas na mesma época. A idéia de Kiyoshi Kojima de desenvolver uma Comunidade Econômica do Pacífico surgiu quando da sua participação na conferência sobre “Países desenvolvidos do pacífico e políticas de assistência ao comércio externo”, realizada no East West Center em 1964, conforme ele próprio relata (Kojima, 1984:102). Proposta nesse sentido seria apresentada no ano que se seguiu.

O primeiro relatório feito pelo Japan Economic and Research Center (JERC) que propunha a realização de encontros anuais entre representantes da Austrália, do Canadá, dos Estados Unidos, do Japão e da Nova Zelândia com o intuito de discutir assuntos de comum interesse nas áreas de relações econômicas, transportes, comunicações e intercâmbio cultural foi efetivado em 1965 (Soesastro, 1994: 14). Nesse ano, na primeira conferência promovida pelo JERC, Kiyoshi Kojima apre-

sentou um trabalho propondo a criação da Pacific Free Trade Area (PAFTA) (Yamazawa & Drysdale, 1984: 4-5).

Esse estudo de Kojima (1966) apresentava os efeitos da constituição de uma área de livre comércio entre aqueles cinco países. Segundo o trabalho, se as tarifas comerciais então existentes fossem eliminadas, haveria um efeito de aumento da renda nacional dos países membros. Outro ponto central do estudo era o efeito nos preços caso fossem reduzidas as tarifas aos países em desenvolvimento. Para isso estimou a magnitude do aumento nas exportações dos países do Sudeste Asiático.

O empresariado também teve a sua iniciativa em promover estudos e criar um fórum de discussões sobre o comércio externo e investimentos da região. Em 1967, num encontro do Japan-Australia Business Cooperation Committee, foi criado o Pacific Basin Economic Council (PBEC), que viria a ser uma organização que congrega o empresariado com aquele intuito. O PBEC viria a se constituir de cinco comitês nacionais (na Austrália, no Canadá, nos Estados Unidos, no Japão e na Nova Zelândia).

Por parte da academia, está havendo desde a primeira conferência, em 1968, da Pacific Trade and Development (PAFTAD), encontros periódicos reunindo estudiosos a fim de aprofundar as pesquisas sobre as questões econômicas da região e que viriam a contribuir para futura e efetiva cooperação no Pacífico Asiático. Na primeira conferência, na qual participaram acadêmicos da Austrália, do Canadá, dos Estados Unidos, do Japão e da Nova Zelândia, a proposta de redução das tarifas comerciais ficou relegada a um segundo plano, sendo que as discussões principais passaram a ser sobre recursos naturais e energéticos, ajustes na estrutura econômica e cooperação econômica. Com o início da participação dos países da ASEAN<sup>3</sup> e das Novas Economias Industrializadas da Ásia (NIEs)<sup>4</sup>, os interesses nas discussões passaram a ser sobre as diferenças e os problemas existentes entre o Norte e o Sul da região (Yamazawa & Drysdale, 1984:17).

Em 1980, houve a criação da Pacific Economic Cooperation Council (PECC), ao término do seminário promovido em Camberra, pela Australian National University, nesse mesmo ano. A PECC congrega o empresariado, a academia e a burocracia de cada país. A cada ano e meio há a reunião geral, na qual são discutidos problemas referentes à cooperação do Pacífico Asiático. Os representantes dessas áreas de cada país realizam as discussões em caráter particular, e não em caráter oficial. No intervalo que há entre as reuniões gerais, comissões estudam atividades de promoção de cooperação em diferentes campos tais como: problemas estruturais e perspectivas econômicas; políticas comerciais; agricultura; energia; pesca; transporte, telecomunicações, turismo; preservação da floresta tropical; ciência e tecnologia; desenvolvimento das ilhas do Pacífico e promoção dos recursos humanos (Yamazawa, 1993: 19).

Atualmente são membros da PECC os representantes dos seguintes países: Austrália, Brunei, Canadá, Chile, China, Cingapura, Coreia do Sul, Estados Unidos, Filipinas, Hong Kong, Ilhas do Pacífico, Indonésia, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru, Rússia, Tailândia e Taiwan, e participam como membros institucionais a PBEC e a PAFTAD (Yamazawa, 1993: 18-19).

<sup>3</sup> ASEAN é a sigla da Association of Southeast Asian Nations, muitas vezes usada para denominar todos ou uma parte dos países dessa região (Brunei, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Malásia, Tailândia e Vietnã), e não propriamente a instituição.

<sup>4</sup> As Newly Industrialized Economies (NIEs) da Ásia são Cingapura, Coreia do Sul, Hong Kong e Taiwan.

Se dos anos 60 ao início dos anos 80 as iniciativas eram de cunho acadêmico e empresarial, com maior ou menor grau de apoio político, e formação de órgãos que estudam e discutem a realização da promoção econômica da região (tais como o PBEC, a PAFTAD e a PECC), o final dos anos 80 e início dos anos 90 se revestem de duas propostas de integração: a criação da APEC e a de integração somente com países asiáticos com maior cunho político do que econômico.

Com proposta feita pelo primeiro-ministro australiano Hawke, e com substancial apoio do Japão e dos Estados Unidos, houve a criação da Asia Pacific Economic Cooperation (APEC) em 1989. Atualmente são participantes Austrália, Brunei, Canadá, Chile, China, Cingapura, Coreia do Sul, Estados Unidos, Filipinas, Hong Kong, Indonésia, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Papua, Nova Guiné, Tailândia e Taiwan. Seguiram-se reuniões ministeriais em Cingapura (1990), Seul (1991), Bangcoc (1992), Seattle (1993), Jacarta (1994) e em Osaka (1995). As próximas estão previstas para serem realizadas nas Filipinas, em 1996, e no Canadá, em 1997 (APEC, 1994a: 15 e Yamazawa, 1993:18).

Somente com a criação da APEC é que houve efetivamente a participação oficial do governo com os ministros representando seus países nas reuniões anuais. A sexta reunião ministerial da APEC, ocorrida na Indonésia em novembro de 1994, teve como temas principais nas discussões: tendências econômicas; investimento e comércio exterior; negócios no Pacífico; desenvolvimento de recursos humanos; melhoria da infra-estrutura; promoção de pequenas e médias empresas (APEC, 1994a: 2).

A APEC está adotando uma forma mais branda de integração econômica regional do que uma área de livre comércio, chamada Open Economic Association (OEA), que combina uma liberalização comercial com vários elementos de cooperação econômica. O conceito de regionalismo aberto não consiste na criação de um bloco comercial. Assim, não deverá haver nem institucionalização nem burocratização excessiva como uma organização, segundo recomendação da própria APEC (1994b: 3).

O programa de liberalização regional sugerido aos países membros da APEC inclui basicamente quatro princípios:

- i realizar a liberalização unilateral, ampliando-a ao máximo possível;
- ii reduzir as barreiras comerciais e de investimentos a países não participantes da APEC;
- iii estender os benefícios da liberalização da APEC para os não membros em bases recíprocas; ou seja, os não membros teriam também que aceitar as mesmas obrigações que um país membro da APEC;
- iv reconhecer que qualquer país membro da APEC pode ampliar individualmente a liberalização, objetivando o livre comércio, a não membros da APEC em bases condicionais (através de acordos de livre comércio) ou em bases incondicionais para todos os não membros ou a todos os países em desenvolvimento (APEC, 1994b: 30-31).

O programa de liberalização propõe o seguinte calendário: a efetiva implantação da liberalização iniciar-se-ia no ano 2000. Os países mais industrializados eliminariam suas barreiras até 2010, os NIEs liberalizariam o comércio em 2015 e os membros em desenvolvimento finalizariam esse processo em 2020 (APEC, 1994b: 41-42).

As propostas levantadas nas reuniões ministeriais da APEC estão tendo o apoio de quase todos os governos. Entretanto, em 1990, o primeiro-ministro da Malásia, Mahathir, fez uma proposta para constituir um grupo que abrangesse somente os países asiáticos, deixando de fora os Estados Unidos, a Austrália e a Nova Zelândia. Um dos motivos dessa proposta era o receio de que os países em desenvolvimento fossem marginalizados pelos países desenvolvidos numa instituição para integrar a região do Pacífico Asiático (Afiff, 1994: 115-16 ; Mahathir & Ishihara, 1994). Esse grupo, o East Asian Economic Grouping (EAEG), redenominado depois como East Asian Economic Caucus (EAEC), abrangeria a região da Indonésia ao Sul até o Japão ao Norte. A proposta em constituir a EAEC foi feita sem consulta aos outros países que eventualmente seriam participantes, de modo que não houve receptividade e foi até mesmo criticada, principalmente pelos países não asiáticos da região (Yamazawa, 1992: 1 526).

A partir da análise dessas propostas, pode-se ver que elas anteriormente abrangiam tão-somente os países desenvolvidos da região e o livre comércio, através da redução de tarifas. Com a passagem para propostas que incorporam também elementos de cooperação econômica propriamente dita, assim como com a ampliação da participação dos países em desenvolvimento, a integração regional na forma de uma *open economic association* está se tornando mais institucionalizada. Essa forma de integração econômica pode manter o crescimento econômico da região como um todo, principalmente pelo fortalecimento da interdependência econômica via comércio externo. A análise desse aspecto será realizada a seguir através de dados sobre o crescimento econômico, exportações e importações.

#### 4. CRESCIMENTO ECONÔMICO E INTERDEPENDÊNCIA ECONÔMICA

As economias do Pacífico Asiático são caracterizadas pela vasta diversidade, complementaridade econômica e forte expansão do comércio e do investimento. Complementaridade econômica resultante da diversidade. Há crescente interdependência dada pelo comércio e pelo investimento (Hitotsubashi Daigaku, 1994).

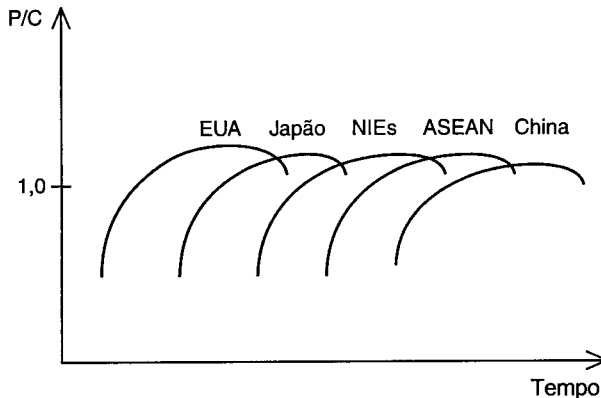
Sem acordos formais de integração regionais, uma das causas do crescimento dessa região foi o aumento do fluxo comercial. O crescimento econômico através da expansão do comércio externo pode ser explicada pelo modelo *flying wild geese pattern*, de Akamatsu (1943, 1956 e 1961). Esse autor foi o primeiro a elaborar uma teoria de crescimento econômico dirigido pelas exportações utilizando o caso do desenvolvimento japonês.

Conforme esse modelo, haveria um ciclo de desenvolvimento em que um país que iniciou tardiamente a sua industrialização se desenvolveria através da importação, da produção e da exportação, atingindo o nível do país previamente industrializado, num processo de emparelhamento do desenvolvimento. Para o caso de um produto de uma determinada indústria, haveria primeiramente importações de bens X dessa indústria de um país A, que iniciou previamente a sua industrialização, para um outro país B, tardiamente industrializado, em que esse bem X ainda é novo. À medida que esse produto X venha a ter demanda superior à sua importação, há a sua

produção interna, no país B, num processo de substituição de importações. Numa nova fase há uma oferta maior que a demanda interna de modo que o excedente do bem X é exportado para um país C. Quando esse mesmo produto atinge a maturidade no país B, a demanda doméstica diminui, sendo que tanto a produção para o mercado interno quanto as exportações vêm a decrescer, havendo a passagem para a fase seguinte em que há importação reversa (Yamazawa, 1984: 30-52).

Esse ciclo ocorre simultaneamente para diversos produtos em diferentes indústrias, de forma que é um processo de transmissão da industrialização e do crescimento econômico, que “voaria” de um país a outro. Se antes um país B era tardiamente industrializado, quando se emparelha ao desenvolvimento do país A, previamente industrializado, o país B torna-se o previamente industrializado para um país C. Pode-se afirmar que a seqüência da industrialização foi Estados Unidos, Japão, NIEs, ASEAN, e este estará sendo previamente industrializado para a China (ver Gráfico 1).

GRÁFICO 1



$P/C$  é a proporção da produção em relação ao consumo.

$P/C = 0$  quando o produto de uma determinada indústria ainda não está sendo consumido no país.  
 $0 < P/C < 1$  quando o consumo do produto dessa indústria é maior que a sua produção no país, de modo que é importado para suprir a demanda.

$P/C = 1$  quando o consumo do produto dessa indústria se iguala à produção no país.

$P/C > 1$  quando a produção é maior que o consumo no país, de forma que o excedente é exportado.

Fonte: Hitotsubashi Daigaku (1994).

No Gráfico 1, que esquematiza o *flying wild geese pattern*, por exemplo, quando a produção de um determinado produto dos Estados Unidos superou a sua demanda interna, o seu excedente foi exportado para o Japão ( $P/C > 1$  na curva EUA). Houve então a introdução desse produto nesse país, que, enquanto importava, produzia internamente, realizando o processo de substituição de importações ( $0 < P/C < 1$  na curva Japão). Quando atingiu a maturação nos Estados Unidos, a produção desse produto diminuiu ( $P/C > 1$  na curva EUA quando em declínio), sendo que houve conseqüente redução das exportações. Num determinado período do tempo a quantidade produzida no Japão se igualou à quantidade consumida ( $P/C = 1$  na curva Japão). Em seguida, a quantidade produzida superando a quantidade consumida é exportada para as Novas Economias Industrializadas da Ásia ( $P/C > 1$  na curva Japão quando em as-

censão e  $0 < P/C < 1$  na curva NIEs). Esse processo tem ocorrido sucessivamente, transmitindo a industrialização de um país a outro, segundo esse modelo de crescimento econômico orientado pelas exportações.

O modelo do *flying wild geese pattern* é adequado para explicar o crescimento econômico liderado pelas exportações dos países do Sudeste e Leste Asiático, assim como a interdependência econômica. A seguir, há a análise de dados que levam à aplicabilidade desse padrão de crescimento.

Está havendo um crescimento econômico contínuo das economias do Pacífico Asiático, principalmente das NIEs e da ASEAN. A Tabela 1 mostra as taxas médias anuais de crescimento econômico por grupo de países. Pode-se observar que entre o primeiro período, de 1980 a 1985, e o segundo período, de 1985 a 1990, houve elevação em todos os grupos de países, destacando-se os NIEs, a China e os da ASEAN. Estes últimos elevaram o patamar da taxa de crescimento no segundo período, chegando a atingir a das NIEs e da China. O Japão, a Austrália e a Nova Zelândia, assim como os países pertencentes ao NAFTA, cresceram, mas menos que as outras economias do Leste e do Sudeste Asiático.

Para uma comparação com os países do Pacífico Asiático, na Tabela 1 também há a taxa de crescimento da União Européia. Entre 1980 e 1985, todos os grupos de países do Pacífico Asiático tiveram taxas médias superiores à da União Européia. Exceção feita ao NAFTA, o mesmo ocorreu entre 1985 e 1990.

**TABELA 1**  
**Crescimento do Produto Interno Bruto (%)**

Média de crescimento anual		
Grupo de países	1980-1985	1985-1990
Japão, Austrália e Nova Zelândia	3,66	4,38
NIEs3 e China	8,53	8,37
ASEAN5	3,97	7,15
NAFTA	2,53	2,65
União Européia	1,73	3,16

Fonte: Gaimusho Keizaikyoku (1993), adaptado da tabela anexa 1 da referida fonte.

Observações:

NIEs3 = Coreia do Sul, Hong Kong e Taiwan

ASEAN5 = Cingapura, Filipinas, Indonésia, Malásia e Tailândia

NAFTA = Canadá, Estados Unidos e México

Excetuando-se a Austrália e a Nova Zelândia, houve crescimento do comércio externo entre o primeiro período, de 1980 a 1985, e o segundo período, de 1985 a 1990, de todos os países ou grupos de países (Tabela 2). Pode-se destacar o Japão, que mesmo com a valorização do iene em relação ao dólar, aumentou as exportações entre o primeiro e o segundo períodos (a taxa de câmbio anual média foi de 238,54 ienes por dólar em 1985, de 168,52 em 1986, e de 144,64 em 1987).

Ainda na Tabela 2, nota-se também a elevação tanto das exportações quanto das importações nos NIEs, na China, nos países da ASEAN, estes atingindo taxas maiores que 10% no segundo período, assim como houve crescimento do NAFTA. Explica-se portanto o crescimento econômico dirigido pelas exportações. Para um cresci-



mento ainda maior, faz-se necessário aos países em desenvolvimento importações de bens de capital. Com a interdependência econômica entre os países e com a multinacionalização das atividades empresariais, há a divisão internacional do trabalho, sendo que os produtos, sejam bens intermediários, sejam bens finais, ou matérias-primas, fluem entre as economias.

**TABELA 2**  
**Crescimento anual médio das exportações e das importações (%)**

Período das exportações	Japão	NIEs3 + China	ASEAN5	NAFTA	ANZ
1980-1985	0,64	6,04	-1,55	-2,85	2,92
1985-1990	6,30	15,63	10,96	5,62	1,00
Período das importações	Japão	NIEs3 + China	ASEAN5	NAFTA	ANZ
1980-1985	-6,84	3,35	-1,45	0,94	4,82
1985-1990	8,56	11,20	15,00	3,97	-0,30

Fonte: Gaimusho Keizaikyoku (1993), tabelas 5-1, p. 23; 6-1, p.35 e tabela anexa 1 da referida fonte.

Observações:

NIEs3 = Coréia do Sul, Hong Kong e Taiwan

ASEAN5 = Cingapura, Filipinas, Indonésia, Malásia e Tailândia

NAFTA = Canadá, Estados Unidos e México

ANZ = Austrália e Nova Zelândia

A Tabela 3 mostra uma matriz que indica a participação do valor das importações segundo a origem em relação às importações totais de seis países e regiões, a saber: Japão, NIEs3, ASEAN6, China, NAFTA e ANZ. São mostradas as participações para o ano de 1980 e para o ano de 1990.

As importações do Japão originam-se em primeiro lugar dos países do NAFTA, tanto em 1980 quanto em 1990. Entretanto verifica-se que a soma das participações dos países do Leste e Sudeste Asiático (NIEs3, ASEAN6 e China) supera a do NAFTA. Comparando os dois anos, pode-se verificar uma queda das importações vindas da ASEAN6 e do NAFTA, e uma elevação das importações vindas do NIEs3. Pode-se supor que parte das importações providas do NAFTA foram substituídas pelas do NIEs3, dada a industrialização crescente desses países. Da mesma forma, as exportações da ASEAN6 estão-se deslocando para os NIEs3, também devido à industrialização emergente desses países. Em torno da metade do total das importações japonesas provêm dos países da APEC (ver Tabela 3).

Em relação às importações dos NIEs3, a maioria provém do Japão e do NAFTA, tanto em 1980 e 1990. Há uma dependência dos NIEs3 em termos de importações de bens de capital que se concentram naqueles países (Japão e NAFTA). NIEs3 e China aumentaram as suas participações entre aqueles dois anos, portanto está havendo um crescimento das importações intra-NIEs3. É de supor que nesse caso também a industrialização desses países (NIEs3) e a conseqüente elevação dos produtos com valor agregado elevado tenham levado a esse resultado. A participação das importações intra-APEC é grande, mais de 70% em 1990, de forma que há uma forte dependência quanto às importações providas dos países da APEC (ver Tabela 3).

Na participação total das importações dos países da ASEAN6, concentram-se as intra-ASEAN6 e as que provêm do Japão, tanto em 1980 quanto em 1990. É também significativo o percentual proveniente do NAFTA, apesar da pequena tendência de decréscimo da participação. Há uma pequena tendência de crescimento da participação dos NIEs3, o que pode demonstrar um deslocamento gradativo das importações provenientes do NAFTA para os NIEs3. As importações intra-APEC são elevadas, superando os 70% também na ASEAN6 (ver Tabela 3).

Houve um salto quanto às participações do Japão, do NAFTA e dos NIEs3 nas importações da China. Entre 1980 e 1990, reduziram-se à metade as participações das importações provindas tanto do Japão quanto do NAFTA, enquanto que se elevaram em mais de seis vezes as importações provindas dos NIEs3. Nesse caso também pode-se analisar que, dada a industrialização dos NIEs3 e a adequação de tecnologia dos bens produzidos nesses países para o mercado chinês, houve o deslocamento das importações originárias do Japão e do NAFTA para os NIEs3. Tanto no caso dos NIEs3 e da ASEAN6, as importações intra-APEC atingem um patamar de 70% (ver Tabela 3).

As importações intra-NAFTA têm uma participação em torno de um terço, podendo-se afirmar que a assinatura do acordo de livre comércio realizado pelo Canadá, pelos Estados Unidos e pelo México, formando o NAFTA, elevou o comércio intra-regional. Ressalta-se o aumento das importações provindas dos NIEs3, assim como das do Japão. Quanto às importações provindas dos NIEs3, pode-se supor novamente que a industrialização desses países esteja fazendo com que haja maior participação nas importações do NAFTA. Quanto às do Japão, pode-se afirmar que o aumento das importações é consequência das importações de peças para a indústria montadora automobilística japonesa instalada no México. As importações intra-APEC elevaram-se de metade do total em 1980 para mais de 65% em 1990 (ver Tabela 3).

As maiores participações quanto às importações da Austrália e da Nova Zelândia provêm do NAFTA e do Japão. Não se modificou muito a estrutura da origem das importações realizadas por aquelas duas nações. As importações provindas dos participantes da APEC estão em torno de 60% nesse caso (ver Tabela 3).

Além desses dados estatísticos, é interessante apresentar a ocorrência de um outro fenômeno no Pacífico Asiático que é o surgimento das zonas econômicas sub-regionais (ZESR). As ZESR são compostas de partes de diferentes países que estão localizadas relativamente próximo umas das outras. Essas zonas têm estreitas interligações através do comércio, investimento e movimento de pessoas entre as fronteiras nacionais. É um território econômico natural, em que para a realização daquelas relações não há acordos específicos e formais entre os governos nacionais. Geralmente há uma área que é o centro, que dissemina para uma área periférica as atividades econômicas. Essas zonas são formadas geralmente na fronteira entre países de economia centrada ou socialistas e economias de mercado (Hitotsubashi Daigaku, 1994).

Alguns exemplos dessas ZESR, que podem ser vistas na Figura 1, são: North-East Economic Cooperation Zone, em que está havendo o intercâmbio econômico entre a Coreia do Sul, a Coreia do Norte, o Japão e a Rússia na área banhada pelo Mar do Japão; a Yellow-Sea Economic Cooperation Zone, que atinge parte do Japão, principalmente o Sul, a Coreia do Norte e a Coreia do Sul, assim como uma parte da China; a Southern China Economic Cooperation, que abrange Xangai e proximidades, Taiwan,

**Tabela 3**  
**Participação do valor das importações**  
**segundo a origem em relação às importações totais (%)**

	Ano	Japão	NIEs 3	ASEAN6	China	NAFTA	ANZ
Japão	1980	-	25,5	22,3	27,8	10,9	16,1
	1990	-	24,1	22,0	12,8	15,5	17,1
NIEs3	1980	4,7	5,5	8,4	6,9	5,5	5,4
	1990	11,9	9,2	11,5	42,2	10,0	5,3
ASEAN6	1980	16,2	8,2	22,1	3,8	3,7	8,1
	1990	12,6	7,5	18,9	4,7	4,5	6,5
China	1980	3,3	7,3	2,9	-	0,4	1,1
	1990	4,4	13,6	2,4	-	1,3	1,4
NAFTA	1980	19,2	20,6	16,0	25,1	30,1	21,0
	1990	16,9	19,0	13,9	12,9	35,3	22,4
ANZ	1980	4,7	2,5	3,6	5,1	1,1	7,1
	1990	5,5	2,9	3,4	2,2	1,0	7,7
APEC	1980	48,1	69,6	75,3	68,7	51,7	58,8
	1990	55,3	76,3	72,1	74,8	67,6	60,4
Total do Mundo	1980	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	1990	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Gaimusho Keizaikyoku (1993), adaptado da tabela 6-3, p. 37.

Observações:

NIEs3 = Coreia do Sul, Hong Kong e Taiwan

ASEAN6 = Brunei, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Malásia e Tailândia

NAFTA = Canadá, Estados Unidos e México

ANZ = Austrália e Nova Zelândia

APEC = Japão, NIEs3, ASEAN6, China, NAFTA e ANZ

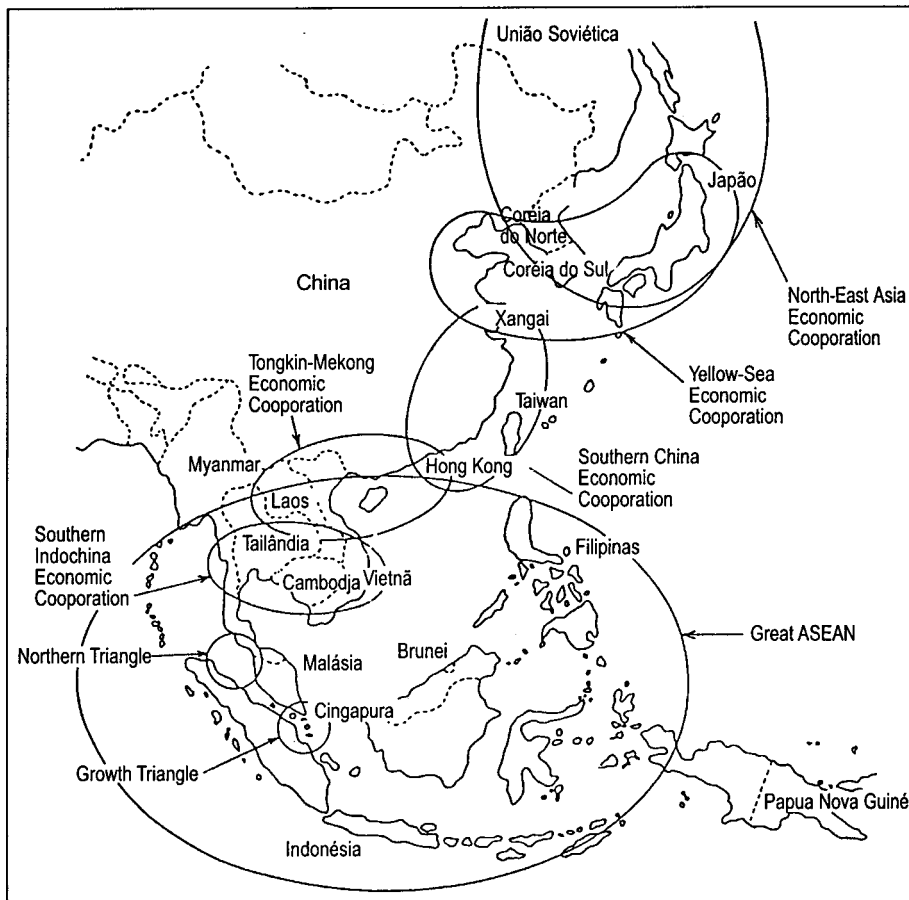
Hong Kong e Macau. Há a zona do Growth Triangle, na área formada entre Cingapura, Johor (na Malásia) e Riau (na Indonésia); essa área é uma exceção, uma vez que é formada somente de países capitalistas. O comércio está sendo realizado através das forças de mercado sem os “artificiais” territórios políticos (ou fronteiras nacionais), de forma que ainda não há estatísticas que possam mensurar o intercâmbio econômico dessas zonas (Hitotsubashi Daigaku, 1994).

Pode-se vislumbrar que essas zonas econômicas sub-regionais são áreas nas quais há uma estreita interdependência econômica pelas forças de mercado, as quais contribuem para o crescimento das economias do Pacífico Asiático.

Conclui-se nesta seção que através da análise da Tabela 1, da Tabela 2 e da Tabela 3, o crescimento econômico está sendo acelerado e contínuo na maioria dos países participantes da APEC, cujo desenvolvimento liderado pelo comércio pode ser explicado pelo modelo *flying wild geese pattern*. Tanto as exportações quanto as importações cresceram nos períodos de 1980-1985 e 1985-1990. Há também uma elevada interdependência comercial intra-APEC com tendência a aumentar, visto o crescimento das exportações e das importações nos mesmos períodos. Existe o vigor das zonas econômicas sub-regionais, cuja interdependência é natural, e cuja atividade está

sendo realizada independentemente de acordos econômicos internacionais. Esses dados demonstram que a integração econômica virá a ser um fator que irá manter e acelerar esse processo de interdependência assim como de crescimento econômico do Pacífico Asiático.

FIGURA 1



Fonte: Hitotsubashi Daigaku (1994).

## 5. CONCLUSÃO

Foi apresentado um novo conceito de integração regional, o regionalismo aberto, que está sendo incorporado pela APEC para a integração econômica do Pacífico Asiático. A adoção do regionalismo aberto é adequada à região principalmente porque, internamente à APEC, há outros acordos de comércio, como o NAFTA. Por exemplo, caso o NAFTA seja estendido a outros países, serão menos complexas as relações econômicas destes com os outros participantes da APEC, sendo esta constituída na forma de uma *open economic association*.

Foi visto o crescimento econômico da região dirigido pelo comércio, assim como foi mostrado um modelo de desenvolvimento asiático que pode explicá-lo, o *flying wild geese pattern*. A integração via APEC pode sustentar as taxas de crescimento.

O programa de liberalização da APEC é ambicioso, tendo em vista que terão de ser realizados muitos ajustes dentro dos participantes da APEC, principalmente naqueles em desenvolvimento, tal como a construção de infra-estrutura, aumento do nível de renda e do nível educacional e tecnológico. Há que se crer que o investimento imediato em capital humano será o fator preponderante para que os ajustes necessários sejam realizados no futuro. Viu-se que a ativação do setor externo das economias na forma de comércio foi um dos fatores do crescimento econômico, assim, deve-se mencionar a importância que as empresas e as políticas comerciais dos países tiveram nesse processo.

A princípio, por não estar no Pacífico o Brasil não poderia participar da APEC, além de ter havido determinação por parte dos atuais membros de não aceitar novos candidatos no período de três anos, numa política de aprofundar a integração antes de ampliá-la. Porém, para o Brasil ingressar no mercado do Leste e Sudeste Asiático há a alternativa de criar condições de aumentar o comércio com os participantes da APEC que estiverem dispostos a firmar acordos dentro dos seus princípios de liberalização comercial. A economia brasileira poderia ser beneficiada também pelo ingresso dos produtos dessa região, o que faria diversificar tanto os produtos em si quanto os países fornecedores. Muito embora seja necessário um estudo específico quanto a esse aspecto, há que se crer que existam condições de se realizar, pois está se acelerando o processo de liberalização comercial também no Brasil. Por sua vez, as empresas brasileiras poderiam adotar estratégias específicas para essa região. Resta saber se ainda há espaço para o Brasil “voar” próximo aos países da APEC.

## REFERÊNCIAS

- AKAMATSU, K. (1943) “Shin kogoku sangyo hatten no ganko keitai” (“Flying wild geese pattern” e o desenvolvimento das novas economias industrializadas). In *Ueda Teijiro hakushi kinen ronbunshu*, vol. 4. Tóquio. Kagaku shugi kogyosha zohan.
- AKAMATSU, K. (1956) “Waga kuni sangyo hatten no ganko keitai — kikai kigo kogyo ni tsuite” (“Flying wild geese pattern” aplicado a indústria de maquinário e ferramentas do Japão). *Ikkyo Ronso*, vol. 36, nº 5.
- AKAMATSU, K. (1961) “A theory of unbalanced growth in the world economy”. *Weltwirtschaftliches Archiv*, 86(2): 196-217.
- ARIFF, M. (1994) “Open regionalism a la ASEAN”. *Journal of Asian Economics*, 5(1): 99-117.
- ASIA-PACIFIC ECONOMIC COOPERATION (APEC) (1994a) Ministerial Meeting Joint Statement. Indonésia, mimeo.
- ASIA-PACIFIC ECONOMIC COOPERATION (APEC) (1994b) *Achieving the APEC Vision: Free and Open Trade in the Asia Pacific*. Singapore, Second Report of the Eminent Persons Group.
- BALASSA, B. (1962) *The Theory of Economic Integration*. London, George Allen & Unwin.

- GAIMUSHO K. (Ministério dos Negócios Estrangeiros, Divisão Econômica, Japão) (1993) *Ajia taiheiyo ni okeru chiiki keizai togo to nihon no sentaku* (Integração no Pacífico Asiático e as opções para o Japão). Tóquio.
- HITOTSUBASHI D. (Universidade Hitotsubashi) (1994) *Kokusai keizai seisaku kamoku no handoauto* (Material didático da disciplina “Políticas Econômicas Internacionais”). Tóquio.
- KOJIMA, K. (1966) “A Pacific Economic Community and Asian Developing Countries”. *Hitotsubashi Journal of Economics*, 7(1): 17-37, June.
- KOJIMA, K. (1984) “Kojima Kiyoshi meiyō kyoju jisaku nenpo” (Autobiografia do Professor Emérito Kiyoshi Kojima). *Ikkyō Ronso*. 92(4): 95-107.
- MAHATHIR & ISHIHARA, S. (1994) *No to ieru ajia* (A Ásia pode dizer não). Tóquio. Kobunsha.
- SOESASTRO, H. (1994) “The Pan-Pacific movement: an interpretative history”. In Bundy, B. K.; Burns, D. S. & Weichel, K. V. ed. *The Future of the Pacific Rim: Scenarios for Regional Cooperation*. Westport and London, Praeger, pp. 9-23.
- YAMAZAWA, I. (1984) *Nihon no keizai hatten to kokusai bungyo* (O desenvolvimento econômico do Japão e a divisão internacional do trabalho). Tóquio. Toyokeizai.
- YAMAZAWA, I. (1992) “On Pacific economic integration”. *The Economic Journal*, vol. 102, pp. 1519-29.
- YAMAZAWA, I. (1993) “Ajia taiheiyo no shinten” (O desenvolvimento do Pacífico Asiático). In Yamazawa, I. & Sanwa sogo kenkyū sho, eds. *Ajia taiheiyo nisen nen no bijyon* (Perspectivas do Pacífico Asiático para o ano 2000). Tóquio, Toyokeizai, pp. 13-30.
- YAMAZAWA, I. & DRYSDALE, P. (1984) “Taiheiyo boeki kaihatsu kaigi to Kojima Kiyoshi kyoju” (Professor Kiyoshi Kojima e a Conferência de Comércio Externo e Desenvolvimento do Pacífico). *Ikkyō Ronso* 92(4): 1-22.